

ELIUDE DE LIMA FELIZINDO

Escolástica Rosa – Esse Patrimônio é nosso!

Santos
2019

ELIUDE DE LIMA FELIZINDO

Escolástica Rosa – Esse Patrimônio é nosso!

Projeto de Intervenção apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a conclusão do curso de especialização em História e Cultura no Brasil Contemporâneo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. André Daibert

Santos
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo autor com base no modelo da
Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Juiz de Fora

Felizindo, Eliude de Lima

Escolástica Rosa – Esse patrimônio é nosso/ Eliude de Lima
Felizindo. – 2019.

29 f. il. ; tabs.

Orientador: André Daibert

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Universidade
Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas. Especialização
em História e Cultura no Brasil Contemporâneo, 2019.

1. Turismo e Patrimônio Cultural. 3 Patrimônio. 4. Educação. 5.
Memória. I. Daibert, André, orient. II Título.

Folha de aprovação

Autor: Eliude de Lima Felizindo

Título: Escolástica Rosa – Esse Patrimônio é nosso

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso

Objetivo: Conclusão de Curso de Especialização

Instituição: Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora

Data de aprovação: ____/ ____/ _____

Banca Examinadora:

Nome:

Instituição

Nome:

Instituição

Dedico esse trabalho a todos os brasileiros, que são alijados de seu direito básico a educação e ao conhecimento, que produz perspectiva de futuro e transformações sociais.

AGRADECIMENTOS

Como nenhum trabalho pode ser considerado exclusivamente individual, este não escapa à regra. Instituições e pessoas foram imprescindíveis para a sua concepção, desenvolvimento e conclusão. Assim, agradeço imensamente:

Ao professor Rodrigo Christofolletti pela idealização desse curso;

Ao professor André Daibert pela orientação;

Às professoras Jussamara da Silva, Liliane Campbell de Mendonça e Valéria Alves Guimarães, pela seriedade, comprometimento e auxílio na condução de sua tutoria;

As amigas Beatriz Castro e Maria José Vieira Duque por compartilhar suas vivências na Instituição Escolástica Rosa e sua imagem para realização do vídeo utilizado para intervenção.

Como não poderia ser diferente, divido os méritos deste trabalho com todos os que me auxiliaram na sua realização. As eventuais falhas ou equívocos, entretanto, são de minha inteira responsabilidade.

RESUMO

Conscientizar alunos e professores de escolas públicas sobre a importância do conhecimento do bem patrimonial para a preservação do Patrimônio Histórico Cultural. Conduzir um diálogo reflexivo sobre a relação de pertencimento e a conservação do bem patrimonial. A partir de uma intervenção por meio de apresentação de vídeo de imagens e depoimentos de estudantes que usufruíram do patrimônio histórico, Escolástica Rosa, considerada primeira escola profissionalizante do país. Esse trabalho fará um apontamento sobre como esse estágio depreciativo da educação nacional é abrangente e desrespeita a historicidade e os bens pertencentes ao povo, a ponto de uma instituição de ensino centenário, tradicional e relevante em âmbito histórico, artístico nacional ser considerada como um edifício qualquer sem o menor valor pátrio social. Uma pesquisa fundamentada em estudos sobre a importância do patrimônio Histórico certamente esclarecerá pontos que devem ser elucidados sobre a situação da Escolástica Rosa.

Palavras-chave: Patrimônio histórico, pertencimento, Preservação, Escolástica Rosa.

ABSTRACT

To raise awareness among students and teachers of public schools about the importance of knowledge of assets for the preservation of Cultural Heritage. Conduct a reflexive dialogue about the relationship of belonging and the conservation of heritage. From an intervention through video presentation of images and testimonies of students who enjoyed the historical patrimony Escolastica Rosa, the first professional school in the country. This work will point out how this derogatory stage of national education is comprehensive and disrespects the historicity and property belonging to the people, to the point that a centennial, traditional and historically relevant, national artistic institution is considered as any building without the least social patrimony. A research based on studies on the importance of historical patrimony will certainly clarify points that should be elucidated about the situation of Escolástica Rosa.

Keywords: Historical heritage, belonging, Preservation, Escolástica Rosa.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	15
1.1. Introdução	15
1.2. Problematização	19
1.3. Justificativa	20
1.4. Objetivo.....	21
1.5. Objetivos Específicos.....	21
2. REVISÃO DE LITERATURA	21
2.1. Revisão.....	21
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	26
3.1. Metodologia	26
3.2. Intervenção.....	27
3.3 Cronograma de Intervenção.....	27
5. REFERÊNCIAS.....	29
5.1. Bibliografia	29

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Introdução

A desvalorização da escola pública no Brasil tem causado descontentamento quanto à estrutura das unidades escolares, e o nível de conhecimento desenvolvido pelos alunos, deixando a população atônita diante do processo nem sempre eficiente, para a obtenção de saberes, que é atualmente ofertado. Essa geração tem disponível acesso facilitado à informação, o que não significa que esses dados se transformem ou se consolidem para a formação intelectual desses alunos. O envolvimento desses atores nesse quadro de fragmentação tem como consequência o distanciamento da aprendizagem e a alienação cultural e cidadã.

Esse trabalho fará um apontamento sobre como são necessárias mudanças na educação nacional e essas devem observar o respeito à historicidade e aos bens pertencentes ao povo. De tal forma, que uma instituição de ensino centenária, tradicional e relevante em âmbito histórico, artístico, como a que é apontada nesse trabalho, alcance a devida valorização que lhe compete.

Foi em 1º de janeiro de 1908 que a insatisfação com a educação excludente, já existente no país, conduziu a fundação do Instituto Escolástica Rosa. Com o intuito de atender meninos desamparados, oferecendo-lhes moradia e oportunidade de receberem profissionalização, educação e cultura.

[Figura1: Escolástica Rosa](#)



[Fonte: \(http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0227a.htm\)](http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0227a.htm)

Seu fundador João Otávio dos Santos, filho ilegítimo do relacionamento entre a escrava Escolástica Rosa e um conselheiro do Império, que era membro de uma influente família santista. Nascido em 1830 na cidade de Santos. Foi amparado por seu pai o conselheiro João Otávio Nébias e sua esposa Dona Emerenciana Nébias. Embora não tivesse reconhecido sua paternidade, o conselheiro deu-lhe o apoio necessário aos estudos para sua iniciação como comerciante, vindo a ser próspero em seus negócios.

Como João não tinha herdeiros destinou seus bens, ainda em vida, para obras de caridade, sendo provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos. O Instituto Escolástica Rosa foi sua principal idealização, deixando registrado o desejo de sua fundação, assim como imóveis alugados para a manutenção e realização da obra. Com sua morte em 1900, o amigo e detentor da obrigação do cumprimento do testamento, Júlio Conceição, executa seu desejo póstumo.

Para Julio Conceição essa não foi uma das tarefas mais fáceis, no entanto oito anos após a morte do amigo, como consta no site da Instituição¹, no prédio da Chácara da Barra ou do Ramal da Ponta da Praia, em uma das propriedades de João Otávio, ergue-se a obra projetada pelo escritório do Dr. Ramos de Azevedo, engenheiro de influente no período.

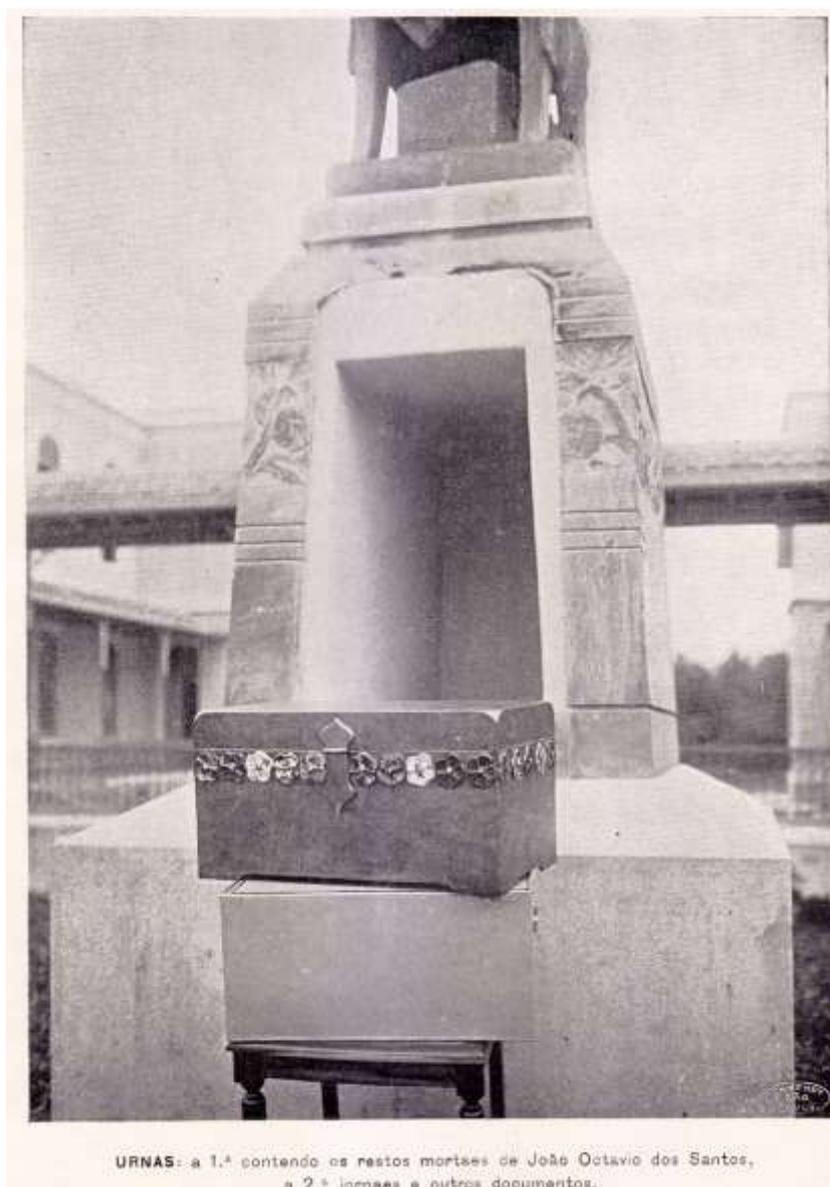
Surge então um edifício de destaque, em estilo neoclássico, seguindo os mesmos princípios adotados nas construções dos hospitais: em três corpos, para garantir a circulação do ar e a salubridade, uma obra notável da arquitetura praticada no período, marcando assim a importância da estrutura do edifício tanto para as artes quanto para arquitetura.

Recebendo o nome da mãe de seu idealizador - Dona Escolástica Rosa – João Otávio deixou registrado um estatuto que orientava todos os setores da vida do Instituto. Determinando que “fossem atendidos os meninos de bom comportamento, órfãos ou filhos de pais pobres; maiores de nove anos e menores de catorze; e que lhes fosse assegurado educação, cultura geral e uma profissão.” Visionário, o fundador acreditava numa educação para os menos favorecidos, que nutrissem um comportamento adequado para estar em sociedade.

O tempo estimado para cada “aluno era de quatro anos e, na admissão, ele recebia enxoval completo, incluindo uniformes diários e de gala. Ao diretor impunha que residisse no local, juntamente com alguns professores e funcionários.” Era importante a presença dos comprometidos com o desenvolvimento da instituição, para a segurança e reforço de exemplos positivos para a formação dos jovens.

¹ ETEC DONA ESCOLÁSTICA ROSA – SANTOS (<http://www.etecescolasticarosa.com.br/historia>)

Figura 2: Túmulo de João Otávio dos Santos



Fonte: (<http://memoriasantista.com.br/?p=4565>)

João Octávio dos Santos faleceu em 09 de julho de 1900. Uma urna com seus restos mortais foram colocados dentro de um monumento-mausoléu, erguido no pátio central da escola, o que reivindica um respeito, para com um espaço que guarda tantas minúcias da memória nacional. O Instituto Dona Escolástica Rosa só viria a ser inaugurado quase oito anos depois de sua morte. Iniciando a trajetória do instituto que se tornaria a primeira escola profissionalizante do país, como relata Sérgio Willians² (2018, p.1).

² Jornalista, escritor e pesquisador, é vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, diretor-técnico da Fundação Arquivo e Memória de Santos e diretor cultural da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio. Também é membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Fonte (http://memoriasantista.com.br/?page_id=2)

Por duas décadas e meia, o Instituto Escolástica Rosa serviu às suas finalidades primárias, administrado pela Santa Casa, em socorro aos meninos em situação de vulnerabilidade, até que, em 18 de dezembro de 1933, o então interventor federal no Estado, Dr. Armando de Sales Oliveira, colocou em prática o plano do governo em criar uma Escola Profissional Secundária Mista (meninos e meninas) em Santos, promulgando o Decreto nº 6.222. No dia seguinte, o secretário da Educação e Saúde Pública, Dr. Valdomiro Silveira, foi autorizado a celebrar contrato com a Irmandade da Santa Casa de Santos para instalação e funcionamento da unidade escolar então criada. Com isso, Santos recebia um dos primeiros cursos técnicos profissionalizantes, oficiais, no país. Importante ressaltar que o Escolástica Rosa já mantinha cursos desta natureza, sendo reconhecido como um dos primeiros de caráter privados do Brasil. O primeiro diretor nesta nova fase foi Nicolau Prioli.

O diretor Pedro Crescenti que permaneceu durante vinte anos (1934-1954) na direção do Escolástica, foi também o responsável pela transição do modelo de ensino privado(praticado pela Santa Casa) para o público(Estado). Com mudanças conceituais e estruturais, pois o prédio passa do modelo neoclássico para o barroco com a construção de arcadas, mas ainda mantendo suas bases originais.

Em 1955 a escola já era uma importante instituição de ensino técnico reconhecida em todo o país, com 2022 alunos, utilizando-se dos três períodos de aula (matutino, vespertino e noturno) para promoção de profissionalização para a população santista e de outras cidades da região.

No início dos anos 60, o edifício passa por novas modificações em sua estrutura, terminadas em 1969. Abrindo espaço para outros modelos de ensino ofertados pelo Estado. As novas reformas proporcionam o surgimento, em espaço antes todo destinado à Escolástica Rosa agora surge também a Etec Aristóteles Ferreira. Já onde anteriormente funcionava o internato, após ser desativado em 1981, passou a abrigar a primeira instituição de ensino superior pública da Baixada Santista, a Faculdade de Tecnologia (Fatec), inaugurada em 1987.

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (autarquia vinculada à Unesp), um dos maiores provedores de formação profissionalizante da América Latina, atualmente é responsável pela administração dos três centros de ensino, Etec Aristóteles Ferreira , Fatec-Baixada Santista a Etec Dona Escolástica, situação que se manteve até o ano de 2018.

No ano de 2019 com o esvaziamento do complexo, devido a finalização do contrato entre o Centro Paula Souza e a Santa Casa de Misericórdia de Santos, o espaço deixa de ser utilizado para o que foi fundado e se mantém fechado sem informações aos munícipes sobre o que irá acontecer.

O descaso do governo do estado para com esse patrimônio fez com que a Santa Casa de Misericórdia de Santos, que continuou a ser a proprietária do estabelecimento, onde funcionava o Instituto Escolástica Rosa, solicitar a desocupação do imóvel. A Etec Escolástica Rosa passou então a funcionar em outro local e o edifício está fechado e sua deterioração não para. O jornalista Sergio Willians (2018) desabafa em seus escritos, por ausência de manutenção predial, o complexo educacional Escolástica Rosa chegou a um ponto crítico, tão lamentável que, certamente, João Otávio, testemunhando tal situação, revisaria alguns termos de seu testamento.

1.2. Problematização

A importância do conhecimento a respeito do destino da Escolástica Rosa deve ser reconhecida. Caso ela se torne apenas mais uma instituição de ensino público profissionalizante no cenário histórico nacional, ou caso o prédio seja demolido, restaurado, ou mesmo se torne o primeiro museu da educação profissionalizante, o público deve saber, os brasileiros devem estar cientes.

Os moradores da cidade desconhecem toda a historicidade que guardam as paredes desse prédio. Sua importância como patrimônio histórico não está restrita apenas a história de Santos, ela se entrelaça a história do Brasil quando seus personagens estão diretamente ligados a fatos que compõe a historicidade nacional, como os romances existentes entre brancos (donos de escravos) e negros (escravizados), no período do Brasil império; evocando personagens da história brasileira como Joaquim Otávio Nébias, mais conhecido como Conselheiro Nébias.

Esse nome não está apenas em uma das maiores e mais importantes avenidas de Santos, que liga a praia ao centro histórico santista, mas sua representatividade vai além, o Conselheiro Nébias foi juiz municipal de Santos (1835), deputado provincial de São Paulo, presidente dessa província (1852), deputado geral, presidente da Câmara dos Deputados entre 1869 e 1870 e ministro da Justiça. Conselheiro imperial de D. Pedro II, entre outros cargos. Nascido em Santos no dia 1 de junho de 1811, faleceu no Rio de Janeiro, 15 de julho de 1872.

Não bastassem esses fatos apresentados é como se a Instituição personificasse, em suas edificações, um período brasileiro da história, representando tanto o aspecto social das dinâmicas relacionais, que ocorriam entre senhores e escravos, como a arquitetura do período, tendo Ramos de Azevedo como responsável pelo projeto de construção do prédio. As relações representadas por esse patrimônio histórico estadual e municipal mostram sua relevância, para a cultura e arte na história do Brasil.

A negligência e o desinteresse governamental fazem com que o povo padeça com o desconhecimento de sua historicidade, no entanto, professores podem realizar ações para prevenir descasos contra os bens patrimoniais locais, sendo o conhecimento um poderoso lenitivo contra o descaso com essas obras significativas para a arte e cultura nacional. Isso deve ser refletido no ensino Histórico, que deve ser praticado para fortalecer e proporcionar diálogos e ações de preservação patrimonial. Diálogos e discussões devem fazer parte da rotina escolar, para que exista uma consolidação cidadã de respeito e preservação patrimonial.

1.3. Justificativa

A importância do patrimônio histórico cultural está ligada a valorização da historicidade e apropriação da espacialidade por uma população. Esse contato direto com as evidências e manifestações da cultura, proporciona um trabalho que leva os indivíduos a um processo ativo de apropriação e valorização de sua herança cultural. Nesse sentido a escolarização deve buscar uma perspectiva de educação abrangente, envolvendo o trabalho com os fatores sociais e culturais na reflexão sobre o lugar do aluno na sociedade em que vive, a Educação Patrimonial acaba por adquirir significativa relevância no currículo, sinaliza Maltêz (et Al 2010).

Esse trabalho fundamentou-se em estudos sobre a importância do patrimônio Histórico esclarecendo pontos que devem ser evidenciados sobre a significância da Escolástica Rosa, para os brasileiros. Ao encontrar estudantes que participaram da realidade da instituição no século passado como no presente foi possível coletar impressões significativas sobre a história do acervo e a representatividade em suas realidades, obteve-se informações sobre os conhecimentos praticados e a reafirmação da necessidade de sua existência. O que proporcionou confirmação da edificação como conceituada para a historicidade nacional e da cidade.

Permitir o conhecimento dos alunos sobre a história da Escolástica Rosa com sua riqueza de detalhes, bem como sobre as questões do que está acontecendo com o edifício, dessa escola, ou o que estão planejando para ele, a desativação das aulas; despertará um sentido de pertencimento fundamental para que as políticas públicas possam ser dirigidas para manutenção do lugar. Fortalecendo pelo conhecimento dos fatos a importância da participação social para a permanência desse bem cultural.

1.4. Objetivo

Conscientizar alunos e professores de escolas públicas sobre a importância do conhecimento do bem patrimonial para a preservação do Patrimônio Histórico Cultural. Conduzir um diálogo reflexivo sobre a relação de pertencimento e a conservação do bem patrimonial.

1.5 Objetivos Específicos

- Apresentar a história da Instituição Escolástica Rosa e sua importância em cenário nacional;
- Fortalecer a historicidade do Brasil e seus representantes;
- Proporcionar um diálogo reflexivo sobre as relações sociais do período de fundação da Escolástica Rosa;
- Proporcionar um diálogo de conscientização sobre pertencimento e a relação social de apropriação do espaço.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Revisão

O aporte teórico, tão essencial para o desenvolvimento desse trabalho, contará com a colaboração dos textos de André Daibert e Nara Santana (2009), que discorrem sobre a apropriação do bem cultural e sua relação intrínseca com a memória, assim como a participação do Estado e sua manipulação da construção do pertencimento por parte da população. Ainda enfatizam a recente familiarização do brasileiro com o patrimônio, sendo que apenas em 1930 é que inicia-se a política de preservação de bens históricos culturais, com um viés ideológico próprio segundo esses autores do governo do período.

Já com Rita da Cruz (2012) podemos compreender questões de mudanças na espacialidade, que podem levar a consideração do bem cultural como um estorvo para os novos moradores ou para o novo estilo que compõe a vizinhança. É o que pode estar acontecendo com o terreno onde está o prédio do Escolástica Rosa, que conta atualmente com um complexo hoteleiro comercial nos fundos e imponentes arranha céus em seu entorno. A autora ainda pondera que a durabilidade de um bem está diretamente ligada ao reconhecimento cultural, simbólico e econômico pela sociedade em que está inserido. E nesse sentido é fundamental a participação do ambiente escolar para a divulgação e apropriação pela população do conhecimento patrimonial local.

Ao verificar um livro utilizado nos anos de ensino básico, Alfredo Boulos Junior (2015), é possível observar que o apelo à cidadania e as considerações pertinentes ao conteúdo determinado são seguidas, para os alunos da faixa etária correspondente. No entanto, as imagens e referências utilizadas, como por exemplo, Forte dos Reis Magos em Natal (RN), Forte de Felipeia de Nossa Senhora das Neves em João Pessoa(PB) ou mesmo as Baianas do Acarajé elemento central da cultura Afro-brasileira, não são referenciadas quanto a sua importância como patrimônio histórico, ou se mostra relato de seu estabelecimento como bem material ou imaterial. A falta dessa descrição não colabora para uma identificação dos estudantes com os bens, que parecem distante de sua realidade, mesmo que alguns ocupem o mesmo espaço do patrimônio.

A possibilidade de conscientização e reconhecimento dos bens culturais pela sociedade perpassam diversos núcleos e com Maltez (et Al 2010) é possível verificar que nas escolas é fundamental um diálogo dessa temática, que viabiliza o ensino da História local por meio da educação patrimonial. Para Silva (2017) a identidade segue os acontecimentos sociais que permeiam a existência de um grupo, podendo então que esse mesmo grupo experimente ao longo do tempo diversas concepções de identidade, até que seja construída uma identificação própria para esse grupo.

Ao verificar o estudo identitário realizado por Ferreira (et AL 2006) é possível perceber que Santos não pode se alijar dessa discussão, pois nestas cidade estão guardadas a historicidade não apenas local, mas do povo brasileiro.

No documento Patrimônio Cultural – Critérios e normas de proteção (1999) elucidam e reafirmam o que a importância do patrimônio para os municípios e todos que interagem e integram o lugar é fundamental para a consolidação do processo democrático e o desenvolvimento real da cidadania.

2.2. Fundamentação Teórica

A compreensão do processo pelo qual está passando o Instituto Dona Escolástica Rosa perpassa uma série de questões, ligadas diretamente aos fatos históricos sociais, que permeiam os Patrimônios Culturais brasileiros e as relações que o povo mantém e perpetua com as marcas na espacialidade em que estão inseridos. Com Daibert e Santana (2009, p. 4) percebemos que:

No Brasil, a política de preservação de bens históricos inicia-se apenas na década de 1930, durante o governo Getúlio Vargas (1930-1945). Uma das principais características desse governo foi o seu discurso ideológico que por

muito se baseava em ideais nacionalistas, buscando criar um sentimento único de “identidade nacional” entre os brasileiros. Getúlio Vargas procurou idealizar uma política específica de preservação de bens culturais, tendo como objetivo principal a construção da chamada identidade nacional.

No entanto, para a construção de uma identidade nacional era preciso uma abrangência maior da temática, e essa deveria atingir um nicho mais volumoso da população, que se deparava com um novo Brasil, com uma crescente urbanização e uma desigualdade social que se consolidava, principalmente devido ao êxodo rural e a mão de obra pouco especializada, para os empregos existentes nas fábricas que se erguiam. Era uma mudança de espacialidade que seguia a exigência de uma construção identitária. Para Cruz (2012, p. 97):

O contexto histórico e político da primeira metade do século XX ambienta um nacionalismo diretamente responsável pelo nascimento das primeiras iniciativas, oficiais e oficiosas, de proteção do patrimônio. Tal como na França pós Revolução Francesa, no Brasil pós Revolução de 30 urge o reconhecimento de uma identidade nacional, como uma espécie de élan de uma sociedade que busca reconstruir-se sobre novas bases. Eleger parte da herança histórica material e imaterial desses Estados e protegê-la como representante de uma suposta identidade nacional é uma faceta dessa racionalidade hegemônica.

Nesse cenário, discussões sobre quem é o povo brasileiro e como dialogar com o que se espera desse novo país, é imperativo. Sem esquecer-se de sua formação original, nesse sentido as matrizes culturais nacionais passam a ser alvo de uma busca por estabelecimento de valores reais do povo, passam a identificar possíveis sujeitos históricos na formação do Brasil. Sabendo que essa busca de valorização do patrimônio e manutenção é fator colaborador na construção cidadã. Sendo assim, segundo Silva (2017, apud Teixeira, 2008, p. 3)

É importante deixar claro que patrimônio está não apenas em elemento do passado, mas também no presente e conseqüentemente, não é apenas o belo, o grandioso, monumental e heroico. O patrimônio histórico cultural está junto ao que é corriqueiro, no cotidiano da comunidade e nos aspectos mais simples da vida

O surgimento da obra de caridade Escolástica Rosa, em 1º de janeiro de 1908, com o destino de dar abrigo, educação, cultura e uma profissão a meninos pobres e órfãos de Santos, carrega em sua historicidade as mudanças do período, tornando-se testemunha, tendo cravada em suas paredes as realizações do povo em um tempo que relata a formação de uma

sociedade. Com a pretensão de ser significativa para o período, seu estabelecimento tornou-a significativa para as futuras gerações que foram alcançadas com o propósito de prover escolarização. Esse patrimônio cultural dialoga não apenas com a realidade local, mas decisivamente com a realidade nacional. Para Cruz (2012, p. 96):

A durabilidade de um bem tangível ou intangível sempre esteve diretamente relacionada à sua valorização cultural, simbólica ou econômica pela sociedade envolvente. O que estamos chamando aqui de “patrimonialização do patrimônio” é a institucionalização de mecanismos de proteção do chamado patrimônio cultural, material e imaterial.

Para que um bem cultural se estabeleça como tal é necessária a participação social e a historicidade nele presente. E para que se perpetue esse bem na espacialidade onde está inserido é preciso que uma relação de pertencimento surja nos membros da comunidade inerente ao bem, e isso acontece de forma ampla quando o conhecimento não se restringe ao local onde o bem está, mas passa a fazer parte de reconhecimento da população, e os saberes desenvolvidos na escola podem fortalecer esse pertencimento. Maltez (et Al 2010 apud Horta, 1999, p. 40) aponta que:

A historiadora Maria de Lourdes Parreiras Horta (1999) identifica a Educação Patrimonial como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Neste caminho, ainda nas palavras da autora, o contato direto com as evidências e manifestações da cultura proporciona um trabalho que leva os indivíduos a um processo ativo de apropriação e valorização de sua herança cultural. Enquadrando-se numa perspectiva de educação abrangente, envolvendo o trabalho com os fatores sociais e culturais na reflexão sobre o lugar do aluno na sociedade em que vive, a Educação Patrimonial acaba por adquirir significativa relevância no currículo.

No entanto, essa tão valorosa Educação Patrimonial, a exemplo do livro de Alfredo Boulos Junior (2015), não conta com a contribuição dos livros didáticos para que esse reconhecimento seja estabelecido. Ele, como outros autores de livros utilizados na escola pública, não citam, ao utilizar referências de obras, que essas são bens culturais materiais ou imateriais, não revelam esse fato, não reforçam o valor do bem para cada indivíduo. E assim fica como único responsável pelo desenvolvimento dessa tarefa, o professor, que muitas vezes está preso a um cronograma de conteúdos que devem contemplar todas as temáticas administradas pelo livro didático, e outras estabelecidas por cada município. Sendo um grande desafio apresentar a Educação Patrimonial, sem tempo hábil ideal para seu real desenvolvimento.

Ficando assim a sociedade alijada do reconhecimento do bem cultural e da vital importância da participação da população para seu estabelecimento e perpetuação. Para Ferreira (et AL 2006, p. 72):

Numa sociedade extremamente dinâmica como a que se vive hoje, em que determinados bens se tornam obsoletos num prazo curtíssimo de tempo, e que o conhecimento local sofre o bombardeio constante da informação globalizada e uniformizante, a preservação do patrimônio histórico é a garantia de que a história local continuará a ser conhecida e, com a atuação dos poderes governamentais, essa história poderá ser valorizada e divulgada, para gerações futuras.

A não participação efetiva da escola faz com que a relação de pertencimento, de identificação com a obra, não exista e o cidadão deixa de exigir a perpetuação de sua historicidade. Para Silva (2017, p. 4):

A concepção do conceito de patrimônio histórico cultural foi sendo ampliada ao longo dos anos, sendo atualmente regida pela Constituição de 1988 que, no artigo 216, declara: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. A Constituição Brasileira chama a atenção para o patrimônio socialmente construído e às noções de identidade e memória do povo brasileiro. Daí a necessidade de abordar as discussões sobre a identidade nacional.

A necessidade da abordagem dessa temática em âmbito nacional reafirma sua obrigatoriedade em nível local. Para que questões como a do trancamento dos portões da Instituição Escolástica Rosa não permaneça restrita, apenas aos que estão no círculo de gestão da cidade, mas possa fazer parte do diálogo entre o povo, que deve sentir-se incomodado com o descaso de seu passado. É imperativo o desenvolvimento da Educação Patrimonial. Para Lopes e Correia (2014, p.333):

Nesta época de globalização crescente, a proteção, a conservação, a interpretação e a divulgação do patrimônio e da diversidade cultural de cada lugar ou de cada região, constituem um importante desafio para todos os povos e para as nações. Contudo, a gestão desse patrimônio, no quadro das recomendações internacionais, reconhecidas e mais adequadas aos fins em vista, constituem responsabilidade das comunidades de acolhimento suas detentoras.

Sendo assim a população santista precisa usufruir do privilégio de participar da realidade das questões que remetem aos seus bens culturais. Ainda com Lopes e Correia (2014, p. 335) é possível compreender que:

O patrimônio cultural é um recurso simultaneamente material e espiritual. É testemunho de desenvolvimento histórico. Desempenha um papel importante na vida contemporânea e deve ser acessível, física, intelectual e

emocionalmente, ao grande público. Os programas de proteção e de conservação dos elementos físicos, dos aspectos intangíveis e das expressões da cultura contemporânea, tomadas no sentido mais lato devem facilitar a apreensão e a compreensão do significado do patrimônio, quer pelas comunidades de acolhimento, quer pelos visitantes, de um modo equitativo e adaptado aos meios de que dispõem.

E a instituição Educacional Escolástica Rosa não pode ser rechaçada ao esquecimento da população, que a utilizou e a utiliza. Sua participação histórica é comprovadamente relevante, e essa obra exposta diariamente aos moradores santistas, conserva também a historicidade de toda a sociedade brasileira.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1. Metodologia

Uma pesquisa fundamentada em estudos sobre a importância do patrimônio Histórico certamente esclarecerá pontos que devem ser elucidados sobre a situação da Escolástica Rosa. A procura de estudantes e professores que participam ou participaram da realidade da instituição, colhendo suas opiniões sobre o ocorrido e a rotina de preservação do acervo também será observada, para uma consolidação dos conhecimentos ali praticados e a reafirmação da necessidade de sua existência. Proporcionando divulgação da importância da edificação para a historicidade nacional e da cidade, e busca dos documentos que corroboraram para a consolidação da escola como Patrimônio Cultural.

Dinâmicas dialógicas podem ser realizadas com professores e alunos. a respeito de patrimônio e como se dá o reconhecimento por parte dos estudantes desses bens que estão contidos na realidade do entorno da escola.

Permitir que alunos venham a conhecer a relevância do patrimônio cultural histórico através da apresentação de vídeo reportagem, poderá despertar um sentido de pertencimento, fundamental para que os cidadãos busquem por políticas públicas, que possam ser dirigidas para manutenção do lugar. Fortalecendo pelo conhecimento dos fatos a importância da participação social para a permanência desse bem cultural nacional.

Criação de vídeo expositivo disponibilizando-o em rede social e apresentando-o aos alunos e professores de uma escola pública. Proporcionar a construção de exposição de elementos reconhecidos pelos alunos como bens culturais tanto materiais como imateriais, do entorno da Unidade Escolar.

3.2. Intervenção

Após a pesquisa bibliográfica foi possível a formulação de um vídeo, com imagens obtidas em sites e outras produzidas pelo autor, esse vídeo contou com a participação de duas alunas que se formaram no Escolástica Rosa, contando suas experiências, uma delas estudou em meados do século XX e a outra na segunda década do século XXI, com uma narração sobre a importância do bem patrimonial. Esse vídeo será utilizado para conscientizar alunos de uma escola do ensino básico (8º e 9º ano) sobre a importância de conhecer para preservar os patrimônios culturais do Brasil.

A intervenção se dará de forma sólida e construtiva. Iniciando-se com a apresentação da proposta a coordenadora pedagógica, após sua aceitação, será mostrado aos professores no horário da reunião pedagógica semanal, para a apreciação e conscientização conjunta.

Durante o período escolar será cedido aulas de alguns professores para um momento de discussão sobre o que é patrimônio histórico, junto aos alunos, após a exposição do conceito de patrimônio com diálogo sobre os patrimônios que existem na cidade e se algum se destaca em representatividade para eles, deixando-os livre para trazer fotos e recortes sobre esse bem. Posteriormente será colocado o vídeo, partindo das imagens e declarações apresentadas, se iniciará diálogo sobre o sentimento de pertencimento que eles têm do bem cultural. Junto aos alunos será realizado um levantamento sobre a preservação do patrimônio da região, com a proposta de produção de texto e cartazes com as fotos trazidas pelos alunos e pelo autor. Num momento depois do intervalo os alunos apresentarão o que aprenderam sobre patrimônio com a realização de uma exposição com o material produzido pelos alunos, será também ofertada a oportunidade de conscientização no outro período de aula por parte dos alunos envolvidos.

A historicidade do bem será abordada e temas como matrizes culturais do Brasil, desvalorização da população negra, a qualidade do ensino, preservação patrimonial e a participação popular na valorização de um bem podem ser discutidas com os alunos, que poderão tirar dúvidas e expressar seus conhecimentos prévios, bem como opinar sobre como percebem a manutenção dos patrimônios históricos culturais na cidade.

O resultado dessa intervenção possivelmente não será verificado de imediato, mas será oportunizado a eles saberes inerentes ao patrimônio, arte e cultura, bem como saber sobre a historicidade de um importante bem local. Chamar os estudantes para um comprometimento com a história de Santos é reconhecer o valor que cada cidadão tem para a manutenção do patrimônio, esse é um momento de oportunidade de despertar e valorização da

individualidade na coletividade, sabendo que o que é comum a todos deve ser cuidado por todos.

3.3 Cronograma de Intervenção

Etapa/Ação	Mês	Ago	Set	Out
Diálogo com a coordenadora e professores				
Diálogo com os alunos sobre patrimônio histórico, sondagem sobre os patrimônios da região				
Continuação do diálogo com os alunos				
Apresentação do vídeo, diálogo reflexivo. Vídeo: http://youtu.be/IkTLvZskFA , o autor				
Levantamento de possíveis ações junto aos alunos sobre a preservação do patrimônio da região				
Produção de texto e cartazes com as fotos trazidas pelos alunos e pelo autor				
Continuação da construção dos cartazes				
Num momento depois do intervalo os alunos apresentarão o que aprenderam sobre patrimônio				
Realização da exposição com o material produzido pelos alunos				
Conscientização no outro período de aula por parte dos alunos envolvidos				

3.3. Conclusão

Diante dos fatos abordados é possível inferir que a importância do patrimônio cultural é muito maior que a simples exposição de fatos do passado, vai além, ao expor a relação de pertencimento de um povo com sua historicidade. É a preservação da identidade de determinada comunidade, encravada no cotidiano de sua espacialidade. Portanto, o reconhecimento da importância da Instituição Escolástica Rosa para a consolidação identitária do povo brasileiro é fundamental. Uma vez que esse acervo, a céu aberto, abriga a história do país em suas construções.

Uma pesquisa fundamentada em estudos sobre a importância do patrimônio Histórico certamente esclareceu pontos que devem ser elucidados sobre a situação da Escolástica Rosa. Despertando um sentido de pertencimento fundamental para que as políticas públicas possam ser dirigidas para manutenção do lugar. Fortalecendo pelo conhecimento dos fatos a importância da participação social para a permanência desse bem cultural nacional.

A relevância desse trabalho está na reafirmação da importância dos bens culturais para a população e seu reconhecimento para a consolidação da cidadania. Sem a pretensão de esgotar a temática, pois é abrangente o conhecimento abordado.

5. REFERÊNCIAS

5.1. Bibliografia

BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História Sociedade & Cidadania**, 8º ano/ 3. Ed. – São Paulo: FTD, 2015.

CRUZ, Rita De Cassia Ariza Da. **“Patrimonialização do patrimônio”**: Ensaio sobre a relação entre turismo, **“patrimônio cultural”** e produção do espaço. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74255>>. Acesso em 07 de abril de 2019.

DAIBERT E SANTANA, André Damasceno, Nara Maria Carlos. **Preservar o que é nosso: Memória, Identidade e Nação na indústria do Turismo**. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/6/21.pdf>>. Acesso 27 de jul de 2019.

DOMATO, Adriana. **Vamos viajar na história de algumas das principais vias de Santos**. Disponível em: <<http://revistanove.com.br/cultura/quem-foi-conselheiro-nebias-e-outros-conselheiros/>>. Acesso em 31 de mar de 2019.

FERREIRA, Claudio José Pinto. **A Importância Do Patrimônio Histórico Joseense**. Disponível em: <https://www.univap.br/univap/pro_reitorias/int_uni_soc/revista/RevistaUnivap24.pdf>. Acesso em 31 de mar de 2019.

HISTÓRIA DE SANTOS. **A 1ª Escola profissionalizante do país**. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0227a.htm>>. Acesso em 31 de mar de 2019.

LOPES E CORREIA, Flavio, Miguel Brito. **Patrimônio Cultural – Critérios e Normas Internacionais de Proteção**. Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2014. - 544 p.: il.; 24 cm. - Bibliografia, p. 509-516. - ISBN 978-989-658-250-0. Disponível em: <<http://id.bnportugal.gov.pt/bib/bibnacional/1880437>>. Acesso em 31 de mar de 2019.

MALTÊZ, Camila Rodrigues. **Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural**. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/viewFile/4840/5023>>. Acesso em 31 de mar de 2019.

SILVA, Aletícia Rocha Da. **Patrimônio Cultural E Ensino De História: A Educação Patrimonial Como Estratégia De Ensino De História Local E Regional**. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502031269_ARQUIVO_AEDUCACAOPATRIMONIALCOMOESTRATEGIADEENSINODEHISTORIA.pdf>. Acesso 31 de mar de 2019.

WILLIANS, Sérgio. **O Escholástica Rosa e o Testamento de João Octávio Dos Santos.**

Disponível em: <<http://memoriasantista.com.br/?p=4565> >. Acesso 27 de jul de 2019.